

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA NA GUINÉ-BISSAU: É IMPERIALISMO CULTURAL?

*Lívia Barbosa Pacheco Souza*¹

*Elizabete Essamai Manga*²

Resumo

É crucial estudar profundamente a Mutilação Genital Feminina (MGF) para promover a conscientização, desenvolver intervenções eficazes e garantir o respeito aos direitos humanos das mulheres, contribuindo assim para a erradicação dessa prática nociva globalmente. Diante desse contexto de injustiça e desigualdade, o presente estudo teve por objetivo examinar de forma crítica a prática da MGF na Guiné-Bissau sob a ótica da interseção entre cultura, tradição e direitos fundamentais das mulheres. Explorou-se os impactos físicos e psicológicos da MGF, as estratégias de combate e aceitação, e a posição do Panafricanismo e do Mulherismo Africano. Ao final do trabalho, o estudo conclui que a erradicação da MGF exige abordagens sensíveis à cultura, fortalecimento da legislação e colaboração internacional, destacando a necessidade de preservar a identidade cultural enquanto se promovem os direitos humanos universais das mulheres.

Palavras-chave: Mutilação Genital Feminina; Direitos Humanos; Cultura; Guiné-Bissau.

FEMALE GENITAL MUTILATION IN GUINEA-BISSAU: IS IT CULTURAL IMPERIALISM?

Abstract

It is crucial to study Female Genital Mutilation (FGM) in depth to promote awareness, develop effective interventions, and ensure respect for women's human rights, thus contributing to the eradication of this harmful practice globally. In this context of injustice and inequality, the present study aimed to critically examine the practice of FGM in Guinea-Bissau from the perspective of the intersection between culture, tradition and fundamental rights of women. The physical and psychological impacts of FGM, the strategies of combat and acceptance, and the position of Pan-Africanism and African Womanism were explored. At the end of the work, the study concluded that the eradication of FGM requires culturally sensitive approaches, strengthening legislation and international collaboration, highlighting the need to preserve cultural identity while promoting the universal human rights of women.

Keywords: Female Genital Mutilation; Human Rights; Culture; Guinea-Bissau.

¹ Pedagoga (UNEB), Psicopedagoga Institucional e Clínica (Faculdade Iguaçu), Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos (NEIM UFBA), em Gênero e Sexualidade na Educação (NUCUS UFBA), em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO UNILAB), e em História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira (Faculdade Iguaçu). - E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

² Bacharela Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB); e discente da Licenciatura em Pedagogia da UNILAB. - E-mail: essamaimangaelizabete@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2928-0421>

Introdução

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma prática enraizada em diversas culturas ao redor do mundo, especialmente prevalente em países africanos, entre eles o Quênia, Angola e Guiné-Bissau (Bavel, 2022). Este fenômeno cultural, religioso e social tem gerado intenso debate entre defensores dos direitos humanos, especialistas em saúde pública e estudiosos da cultura africana. Apesar de suas profundas raízes históricas e culturais, a MGF é amplamente reconhecida como uma violação dos direitos das mulheres, incitando discussões sobre imperialismo cultural, liberdade de escolha e respeito cultural.

A MGF é frequentemente categorizada como uma violação dos direitos de gênero e da pessoa humana devido aos seus impactos negativos profundos na saúde física e psicológica das mulheres e meninas. Esta prática é realizada em um contexto de desigualdade de gênero, onde a autonomia corporal e os direitos reprodutivos das mulheres são frequentemente ignorados ou subjugados. A mutilação pode resultar em complicações médicas severas, incluindo infecções, infertilidade e, em alguns casos, a morte. Além disso, os efeitos psicológicos duradouros, tais como traumas e transtornos de estresse pós-traumático, sublinham a gravidade desta violação.

Ser a favor da prática da MGF é frequentemente visto como uma contradição aos princípios do Panafricanismo e do Mulherismo Africano, movimentos que visam a emancipação e o fortalecimento das mulheres africanas. Esses movimentos defendem a igualdade de gênero, a autonomia feminina e a erradicação de práticas prejudiciais que limitam o potencial das mulheres. A MGF, ao perpetuar a subjugação e o controle do corpo feminino, é vista como um obstáculo ao progresso e à libertação das mulheres africanas, comprometendo os avanços nas áreas de direitos humanos e igualdade de gênero (Buzatti, 2017).

Entretanto, a MGF é, para muitos, uma prática cultural, religiosa e social profundamente enraizada, com crenças associadas à pureza sexual, à elegibilidade para o casamento e à identidade comunitária. Essas crenças tornam a prática resistente à erradicação, mesmo em face de evidências dos seus efeitos prejudiciais. O impacto psicológico da MGF é significativo, com muitos sobreviventes enfrentando traumas ao longo da vida, conflitos de identidade e estigmatização. Do ponto de vista dos direitos humanos, a prática contraria os princípios universais de dignidade e igualdade, colocando em questão a compatibilidade entre tradições culturais e direitos fundamentais.

Explorar estratégias de aceitação e combate à prática da MGF exige uma abordagem multidimensional que considere tanto o respeito pelas tradições culturais quanto a necessidade de proteger os direitos das mulheres. Programas de educação comunitária, a promoção de rituais de passagem alternativos e a implementação de políticas de saúde pública que abordem as complicações médicas da MGF são essenciais. A colaboração entre líderes comunitários, sobreviventes e

organizações de direitos humanos pode facilitar a transição para práticas mais seguras e respeitadoras dos direitos humanos (Fernandes, 2016).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo examinar a MGF na Guiné-Bissau através de uma lente crítica, explorando os argumentos prós e contras da prática, com ênfase na interseção entre cultura, tradição e direitos fundamentais das mulheres. Além disso, busca-se analisar como essas práticas podem coexistir com os princípios universais de igualdade e dignidade, questionando se a MGF pode ser vista como uma forma de imperialismo cultural ou uma questão de liberdade de escolha. Este trabalho pretende contribuir para o entendimento e a possível resolução dessa prática complexa, fornecendo uma análise abrangente e informada sobre a MGF na Guiné-Bissau.

Este estudo adotou uma abordagem de revisão e levantamento bibliográfico para investigar a Mutilação Genital Feminina (MGF) na Guiné-Bissau, com foco em entender a prática sob a perspectiva de direitos humanos, culturais e de gênero. A metodologia envolveu a coleta e análise de artigos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais (ONGs) e documentos de políticas públicas disponíveis em bases de dados científicas e repositórios digitais, além de livros e teses. Fontes de dados como Google Scholar, PubMed e Web of Science foram utilizadas para assegurar uma ampla cobertura e diversidade de perspectivas sobre o tema.

Inicialmente, foram identificados um total de 91 trabalhos, incluindo artigos científicos, teses, livros e matérias de sites e blogs, por meio de uma pesquisa abrangente utilizando palavras-chave como "Mutilação Genital Feminina", "Guiné-Bissau", "direitos humanos", "cultura africana" e "saúde pública". Cada artigo foi avaliado quanto à sua relevância, qualidade metodológica e contribuição para o entendimento da MGF no contexto guineense. A filtragem resultou na seleção de 17 estudos, os quais atenderam aos critérios de inclusão, focando principalmente em estudos empíricos, revisões sistemáticas e análises teóricas robustas.

A análise dos dados foi conduzida através de uma abordagem qualitativa, onde os artigos selecionados foram lidos e suas principais conclusões sintetizadas. A revisão bibliográfica permitiu a identificação de padrões recorrentes, lacunas na literatura e pontos de convergência e divergência entre diferentes estudos. Este processo possibilitou uma compreensão aprofundada e crítica da MGF na Guiné-Bissau, fornecendo uma base sólida para as discussões e conclusões apresentadas neste estudo.

Prevalência e Práticas da MGF na Guiné-Bissau

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma prática amplamente difundida na Guiné-Bissau, onde um número significativo de meninas e mulheres é submetido a esse ritual. De acordo com dados

recentes (Thomson Reuters Foundation, 2018), aproximadamente 44,9% das mulheres na Guiné-Bissau, com idades entre 15 e 49 anos, já passaram por algum tipo de mutilação genital. Essa prevalência varia consideravelmente entre diferentes regiões e grupos étnicos dentro do país, com certas áreas e comunidades exibindo taxas significativamente mais altas de incidência. Por exemplo, entre os grupos étnicos como os Fulas e Mandingas, a prevalência pode ultrapassar 90%, enquanto entre outros grupos, como os Balantas, a prática é menos comum.

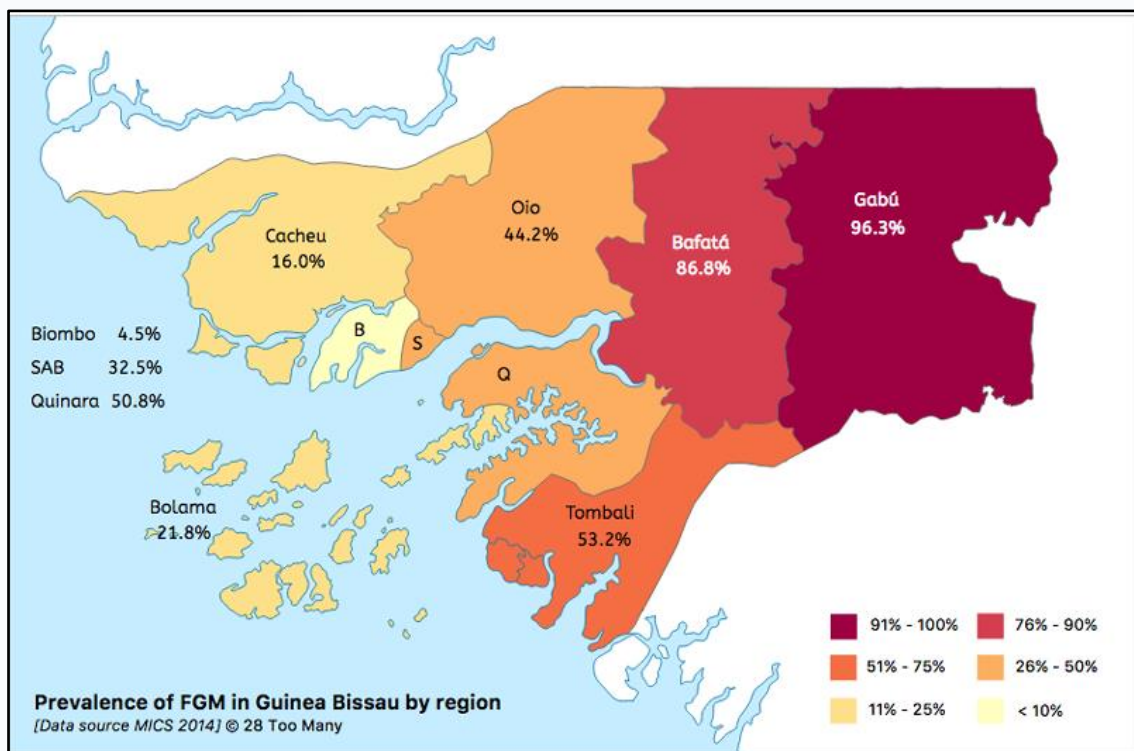


Figura 1. Prevalência de MGF na Guiné-Bissau de acordo com as regiões.

Fonte: Thomson Reuters Foundation, 2018.

As práticas específicas de MGF na Guiné-Bissau podem variar, mas geralmente envolvem uma série de procedimentos que incluem a remoção parcial ou total dos órgãos genitais externos. A MGF é classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em quatro tipos principais, e todos esses tipos podem ser encontrados na Guiné-Bissau. O Tipo I (clitoridectomia) e o Tipo II (excisão) são os mais comuns, enquanto o Tipo III (infibulação) é menos prevalente, mas ainda presente em algumas comunidades. Há também práticas menos severas, que envolvem apenas a incisão simbólica, mas estas são raramente reconhecidas como uma forma aceitável de MGF pela comunidade internacional de saúde.

A realização da MGF na Guiné-Bissau é tradicionalmente conduzida por mulheres mais velhas da comunidade, conhecidas como “circuncisoras” ou “garantes”, que possuem um status elevado e são respeitadas por seu conhecimento e habilidade em realizar o ritual. Esses procedimentos são frequentemente realizados sem anestesia e em condições higiênicas precárias, aumentando significativamente o risco de infecções, hemorragias e outras complicações de saúde. Em muitos

casos, a MGF é realizada em grupos durante cerimônias comunitárias, reforçando a natureza coletiva e cultural do ritual (Djalo, 2017).

A idade em que as meninas são submetidas à MGF também varia, mas geralmente ocorre entre a infância e a adolescência, com um pico de incidência entre os 4 e 14 anos de idade. Em algumas comunidades, a prática é vista como um rito de passagem crucial que marca a transição da infância para a idade adulta e a elegibilidade para o casamento. Este rito de passagem é muitas vezes acompanhado por celebrações comunitárias e cerimônias que reforçam a importância cultural e social da MGF.

Apesar da prevalência e da aceitação cultural da MGF em muitas partes da Guiné-Bissau, há uma crescente conscientização e resistência contra a prática, impulsionada por campanhas de sensibilização conduzidas por ONGs, organizações de direitos humanos e alguns setores do governo (Bavel, 2022). Estas campanhas têm se concentrado em educar as comunidades sobre os riscos de saúde associados à MGF, bem como sobre os direitos humanos das meninas e mulheres. No entanto, os esforços para erradicar a prática são frequentemente desafiados por profundas crenças culturais e religiosas que perpetuam a MGF como uma norma social. A principal lei relacionada à MGF na Guiné-Bissau é o Decreto-Lei nº 14/2011, que visa prevenir, combater e reprimir a excisão feminina. 6 Essa lei cobre todas as regiões e setores da Guiné-Bissau, já que não há leis locais ou regionais contra a MGF (Thomson Reuters Foundation, 2018).

Além disso, a legislação nacional contra a MGF, embora existente, enfrenta desafios significativos na sua implementação. A lei que criminaliza a prática foi promulgada em 2011, mas a aplicação é esporádica e frequentemente ineficaz devido à falta de recursos, infraestrutura inadequada e resistência cultural. Muitas vezes, as práticas continuam em segredo, longe da supervisão das autoridades, e as sanções legais não são suficientemente dissuasivas para erradicar a prática. Assim, a prevalência da MGF na Guiné-Bissau permanece alta, e esforços contínuos e multifacetados são necessários para combater esta prática prejudicial de forma eficaz.

Impactos na Saúde Física e Psicológica das Mulheres

A MGF tem impactos profundos e duradouros na saúde física das mulheres e meninas que passam por este procedimento. Imediatamente após a mutilação, as vítimas podem sofrer de dor extrema, sangramento abundante e choque, que em casos graves podem levar à morte. As condições em que a MGF é realizada são frequentemente insalubres, com instrumentos não esterilizados e falta de cuidados médicos, o que aumenta significativamente o risco de infecções (Costa, 2016). Além disso, a ausência de anestesia ou de cuidados pós-operatórios adequados agrava o sofrimento das meninas e mulheres submetidas a essa prática.

A longo prazo, as consequências físicas da MGF são diversas e podem incluir infecções crônicas, formação de cistos, complicações urinárias, problemas menstruais e dor constante. Muitas mulheres também enfrentam dificuldades sexuais, como dor durante a relação sexual e redução ou ausência de prazer sexual, o que pode afetar negativamente seus relacionamentos e bem-estar emocional. A infibulação, ou Tipo III de MGF, é particularmente prejudicial, pois pode causar complicações severas durante o parto, aumentando o risco de mortalidade materna e neonatal. As cicatrizes resultantes da MGF podem obstruir o canal de parto, levando a partos prolongados e complicações que requerem intervenções médicas de emergência.

Além disso, os impactos psicológicos da MGF são igualmente graves e abrangentes. Muitas meninas e mulheres que passaram pela mutilação sofrem de traumas psicológicos duradouros. Os transtornos de estresse pós-traumático (TEPT) são comuns, manifestando-se em sintomas como pesadelos, flashbacks e ansiedade severa. As sobreviventes de MGF também podem experimentar depressão, baixa autoestima e sentimentos de vergonha e humilhação. Segundo Souza et al (2024), a mutilação, sendo um procedimento muitas vezes realizado sem o consentimento ou compreensão total da criança, é uma violação profunda da integridade corporal e da autonomia, exacerbando os traumas psicológicos.

Os impactos psicológicos são exacerbados pelo estigma social e pela falta de apoio emocional. Em muitas comunidades, a mutilação é vista como uma norma cultural, e as meninas que não passam pelo procedimento podem ser estigmatizadas e consideradas impuras ou inadequadas para o casamento. Essa pressão social e cultural dificulta ainda mais a capacidade das sobreviventes de MGF de expressar seus traumas e buscar ajuda. A falta de redes de apoio adequadas e de serviços de saúde mental específicos para essas vítimas agrava o isolamento e o sofrimento psicológico.

Além disso, esse tipo de prática pode afetar negativamente a identidade e a autoimagem das mulheres. A percepção de que seus corpos foram modificados de forma permanente e dolorosa pode levar a sentimentos de alienação e desconexão do próprio corpo. Muitas sobreviventes relatam uma perda de confiança e dificuldades em se relacionar intimamente com seus parceiros. A mutilação genital feminina também pode impactar negativamente a dinâmica familiar e conjugal, com algumas mulheres enfrentando tensões e conflitos em seus casamentos devido às consequências físicas e emocionais do procedimento (Traule, 2022).

Em termos de saúde reprodutiva, a MGF apresenta desafios significativos. As mulheres mutiladas frequentemente enfrentam complicações durante a gravidez e o parto, que podem incluir dificuldades em realizar exames ginecológicos de rotina, partos prolongados e dolorosos, e maior incidência de cesarianas de emergência. Estas complicações não apenas põem em risco a saúde das mulheres, mas também a dos seus recém-nascidos, aumentando a taxa de mortalidade infantil. Assim,

a MGF não apenas afeta diretamente as mulheres que passam pelo procedimento, mas também tem consequências intergeracionais que impactam a saúde e o bem-estar de suas famílias e comunidades.

Considerando os impactos físicos e psicológicos abrangentes da MGF, é imperativo que as abordagens para combater esta prática incluam não apenas a prevenção, mas também o suporte contínuo às sobreviventes. Intervenções de saúde pública devem garantir acesso a cuidados médicos e psicológicos adequados, enquanto campanhas de sensibilização precisam abordar tanto os riscos de saúde quanto os direitos humanos das mulheres e meninas. A criação de redes de apoio comunitário e a capacitação de profissionais de saúde para lidar com as consequências da MGF são essenciais para mitigar os danos e promover a recuperação e o bem-estar das sobreviventes.

Direitos Humanos e Violação de Gênero

Essa prática é amplamente reconhecida como uma violação grave dos direitos humanos e dos direitos de gênero. A MGF é uma manifestação extrema da discriminação de gênero, uma vez que é exclusivamente imposta a meninas e mulheres, refletindo e perpetuando profundas desigualdades de gênero. A MGF nega às mulheres e meninas a autonomia sobre seus próprios corpos e a liberdade de tomar decisões sobre sua saúde e bem-estar, constituindo uma violação dos direitos à integridade física e à saúde (Fernandes, 2016).

A prática da MGF contraria diversos instrumentos internacionais de direitos humanos, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC). Estes documentos defendem o direito de todas as pessoas à saúde, à segurança, à integridade física e à liberdade de práticas desumanas ou degradantes. A MGF, ao causar danos físicos e psicológicos severos, claramente infringe esses direitos fundamentais.

Além de ser uma violação dos direitos à saúde e à integridade física, a MGF também é uma violação do direito à igualdade e à não discriminação. A prática é intrinsecamente ligada a normas sociais e culturais que perpetuam a subjugação e o controle das mulheres. Ao reforçar ideias de pureza e elegibilidade para o casamento que dependem da mutilação do corpo feminino, a MGF perpetua a ideia de que o valor de uma mulher está condicionado à conformidade com estas normas opressivas. Isso resulta em uma perpetuação das desigualdades de gênero e na marginalização contínua das mulheres (Silva, 2015).

A luta contra a MGF é, portanto, uma luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero. É um imperativo que as políticas e programas de combate à MGF não apenas visem a erradicação da prática, mas também promovam a autonomia das mulheres e a transformação das normas sociais que perpetuam a desigualdade. Isso inclui a educação das comunidades sobre os

direitos das mulheres e meninas, e a promoção de modelos positivos de masculinidade que rejeitem a violência e a opressão de gênero.

Organizações internacionais, governos e ONGs têm trabalhado para erradicar essa prática por meio de campanhas de sensibilização, mudanças legislativas e apoio às vítimas. No entanto, a implementação dessas medidas enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos em que a MGF é profundamente enraizada em tradições culturais e religiosas (Djú, 2021). A resistência à mudança pode ser forte, e a aplicação de leis que criminalizam a MGF pode ser limitada pela falta de recursos e pelo medo de represálias dentro das comunidades.

Além disso, a abordagem legal por si só não é suficiente para erradicar a MGF. É crucial adotar uma abordagem holística que inclua a promoção dos direitos humanos e a igualdade de gênero em todos os aspectos da sociedade. Isso envolve trabalhar com líderes comunitários, educadores, profissionais de saúde e, mais importante, com as próprias meninas e mulheres, para construir um consenso sobre a necessidade de abandonar a prática. Campanhas de educação e sensibilização devem ser culturalmente sensíveis e centradas nas comunidades, para que possam desafiar eficazmente as normas sociais que sustentam a MGF.

Em última análise, a erradicação da MGF é uma questão de justiça social e de direitos humanos. A prática não apenas causa danos físicos e psicológicos, mas também representa uma violação dos direitos fundamentais das mulheres e meninas à dignidade, à igualdade e à liberdade. Para que os direitos das mulheres sejam plenamente respeitados e promovidos, é essencial que a MGF seja abordada como uma prioridade global e que esforços coordenados sejam feitos para acabar com essa prática prejudicial. A verdadeira mudança virá quando as normas de gênero que sustentam a MGF forem transformadas e quando as mulheres e meninas tiverem pleno controle sobre seus próprios corpos e destinos.



Figura 2. Homens dão voz pelo fim da Mutilação Genital Feminina.
Fonte: Unicef.

Panafricanismo, Mulherismo Africano e MGF

O Panafricanismo e o Mulherismo Africano são movimentos fundamentais para a compreensão da luta pela emancipação e fortalecimento das mulheres africanas. O Panafricanismo, que visa a unidade e solidariedade entre todos os povos africanos e da diáspora africana, promove a libertação de todas as formas de opressão e exploração colonial e pós-colonial. De acordo com Santos (2023), o Mulherismo Africano, por sua vez, é um movimento que se concentra especificamente na emancipação das mulheres africanas, destacando a importância de suas contribuições para a sociedade e a necessidade de erradicar as práticas culturais que perpetuam a desigualdade de gênero.

A prática da MGF, sendo uma forma extrema de violência de gênero, contrasta fortemente com os ideais do Panafricanismo e do Mulherismo Africano. Estes movimentos defendem a dignidade, a saúde e a autonomia das mulheres, princípios que são fundamentalmente incompatíveis com a mutilação genital. O Panafricanismo vê a libertação da mulher africana como essencial para a libertação de todo o continente africano. Portanto, a continuidade da MGF, que subjuga e prejudica fisicamente as mulheres, é vista como um obstáculo significativo para o progresso e a unificação africana.

Dentro do contexto do Mulherismo Africano, a MGF é percebida como uma prática que impede a plena realização das mulheres africanas. O Mulherismo Africano promove a ideia de que as mulheres são pilares da sociedade e devem ser empoderadas para desempenhar plenamente seus papéis na construção de uma nação forte e justa. A MGF, ao causar danos físicos e psicológicos às

mulheres, limita sua capacidade de contribuir de maneira significativa e saudável para suas comunidades e para o desenvolvimento nacional (Caldeira, 2023). Assim, a prática é uma barreira direta à promoção dos direitos das mulheres e à igualdade de gênero.

Adicionalmente, a MGF perpetua estereótipos de gênero e normas culturais que oprimem as mulheres. No contexto do Panafricanismo, combater a MGF é também combater o legado do colonialismo, que muitas vezes reforçou e exacerbou práticas opressivas através de políticas divisivas e de controle social. Ao erradicar a MGF, os movimentos panafricanistas e mulheristas africanos visam não apenas proteger a saúde e os direitos das mulheres, mas também dismantlar estruturas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade e a opressão.

A crítica à MGF dentro do Panafricanismo e do Mulherismo Africano também se baseia no reconhecimento da diversidade cultural e na promoção de práticas culturais que respeitam os direitos humanos. Esses movimentos defendem a ideia de que as culturas africanas são dinâmicas e capazes de evoluir, abandonando práticas prejudiciais e adotando aquelas que promovem a dignidade e o bem-estar de todos os membros da sociedade. Assim, a erradicação da MGF é vista não como uma imposição externa, mas como uma evolução necessária dentro do próprio contexto cultural africano (Souza et al 2024).

Nesse sentido, para efetivamente combater a MGF e promover os princípios do Panafricanismo e do Mulherismo Africano, é crucial envolver líderes comunitários e as próprias mulheres africanas nas estratégias de erradicação da prática. Programas de educação e sensibilização que destacam os princípios de igualdade de gênero e os direitos humanos, aliados a iniciativas de empoderamento econômico e social, podem ajudar a transformar atitudes e normas culturais. Além disso, o fortalecimento das redes de apoio às sobreviventes de MGF e a promoção de rituais de passagem alternativos são essenciais para oferecer soluções que respeitem a cultura ao mesmo tempo que protegem os direitos das mulheres.

Em suma, a prática da MGF representa uma contradição direta aos ideais do Panafricanismo e do Mulherismo Africano, que buscam a unidade, a dignidade e a igualdade para todos os africanos. A erradicação da MGF é fundamental para a promoção dos direitos das mulheres e para o avanço dos objetivos desses movimentos. Ao enfrentar a MGF, o Panafricanismo e o Mulherismo Africano não apenas protegem as mulheres, mas também promovem uma visão de um continente africano unido e justo, onde todas as pessoas, independentemente de gênero, possam prosperar e contribuir plenamente para o desenvolvimento de suas comunidades e nações.

Estratégias de Aceitação e Combate à MGF

Combater esse tipo de prática exige uma abordagem multifacetada que aborde tanto as raízes culturais da prática quanto seus impactos sobre os direitos humanos e a saúde das mulheres. Uma das estratégias mais eficazes tem sido a educação e sensibilização das comunidades onde a MGF é praticada. Campanhas de conscientização lideradas por ONGs, governos e organizações internacionais têm se concentrado em informar as comunidades sobre os riscos associados à MGF e os direitos das meninas e mulheres. Essas campanhas utilizam uma variedade de métodos, incluindo oficinas comunitárias, programas de rádio e televisão, e materiais educativos, muitas vezes em línguas locais, para alcançar uma audiência ampla e diversificada (Cabi, 2021).

Um componente crucial dessas campanhas é o envolvimento de líderes comunitários e religiosos. Em muitas comunidades, a MGF é mantida por tradições culturais e religiosas profundamente enraizadas, e os líderes comunitários possuem grande influência sobre as atitudes e práticas locais. Quando esses líderes são educados sobre os danos da MGF e se tornam defensores da mudança, eles podem ajudar a transformar as normas sociais e culturais. O treinamento e a capacitação de líderes locais, para que se tornem embaixadores da mudança, têm mostrado ser uma estratégia eficaz na redução da prática da MGF.

Outra abordagem importante é a promoção de rituais de passagem alternativos que preservam os aspectos culturais e sociais do rito de passagem sem envolver a mutilação. Em algumas comunidades, cerimônias alternativas que celebram a transição de meninas para a idade adulta têm sido introduzidas com sucesso (Silva, 2015). Esses rituais podem incluir elementos culturais, educativos e de empoderamento, proporcionando uma alternativa significativa que mantém a coesão social e cultural sem causar danos físicos. Organizações como a Tostan, na África Ocidental, têm implementado programas que combinam educação sobre direitos humanos com a introdução de tais rituais, alcançando resultados promissores na redução da MGF.

A legislação também desempenha um papel crucial na luta contra a MGF. Muitos países, incluindo a Guiné-Bissau, adotaram leis que proíbem a MGF. No entanto, a mera existência de leis não é suficiente; é necessária uma aplicação rigorosa e consistente. Isso requer a capacitação das forças de segurança, do sistema judiciário e dos profissionais de saúde para identificar casos de MGF e agir de acordo com a lei. Além disso, campanhas de sensibilização sobre os direitos legais das meninas e mulheres e as penalidades associadas à prática da MGF são essenciais para garantir que as comunidades estejam cientes das implicações legais da prática.

O apoio às sobreviventes de MGF é outro aspecto vital das estratégias de combate à prática. As mulheres e meninas que foram submetidas à MGF frequentemente necessitam de cuidados médicos e apoio psicológico para lidar com os impactos físicos e emocionais da mutilação. A criação

de serviços de saúde especializados e a formação de profissionais de saúde para prestar atendimento sensível e competente às sobreviventes são essenciais. Programas de reabilitação e reintegração que oferecem apoio psicológico, aconselhamento e oportunidades econômicas podem ajudar as sobreviventes a reconstruírem suas vidas e a recuperarem sua autoestima e dignidade (Teixeira, 2023).

Por fim, a colaboração internacional é fundamental para combater a MGF. A prática não conhece fronteiras e é frequentemente perpetuada entre comunidades de imigrantes em países ocidentais. A cooperação entre governos, ONGs e organizações internacionais pode ajudar a compartilhar melhores práticas, fornecer recursos e apoio técnico, e pressionar por mudanças políticas e sociais. Iniciativas como o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, celebrado em 6 de fevereiro, aumentam a visibilidade da questão e mobilizam a ação global contra a MGF.

Em suma, combater a MGF requer uma abordagem abrangente e colaborativa que envolva a educação comunitária, a capacitação de líderes locais, a introdução de rituais alternativos, a aplicação da lei, o apoio às sobreviventes e a cooperação internacional. Ao abordar as múltiplas dimensões da MGF e trabalhar em conjunto com as comunidades afetadas, é possível avançar na erradicação desta prática prejudicial e na promoção dos direitos e da saúde das meninas e mulheres.

Interseção entre Cultura, Tradição e Direitos Fundamentais

A interseção entre cultura, tradição e direitos fundamentais é um terreno complexo e muitas vezes controverso, especialmente no contexto da Mutilação Genital Feminina. As práticas culturais e tradicionais desempenham um papel central na identidade e coesão social de muitas comunidades, incluindo aquelas na Guiné-Bissau. A MGF, para muitos, é um rito de passagem essencial que marca a transição de menina para mulher, sendo vista como um requisito para o casamento e aceitação social. Para Lourenço (2022), essa prática entra em conflito direto com os direitos fundamentais das meninas e mulheres, incluindo o direito à saúde, à integridade física e à liberdade de práticas desumanas e degradantes.

A tensão entre a preservação cultural e a proteção dos direitos humanos levanta questões críticas sobre como equilibrar respeito cultural e a necessidade de erradicar práticas nocivas. Por um lado, a cultura e as tradições são fundamentais para a identidade e continuidade das comunidades, e intervenções externas que buscam alterar ou abolir essas práticas podem ser vistas como imperialismo cultural. Por outro lado, a MGF é uma violação dos direitos humanos, causando danos físicos e psicológicos profundos e duradouros. O desafio reside em encontrar uma abordagem que respeite as tradições culturais enquanto protege os direitos fundamentais das mulheres e meninas.

Dessa forma, uma abordagem sensível à cultura, mas firme na proteção dos direitos humanos, envolve engajar diretamente as comunidades afetadas em diálogos sobre as implicações da MGF. Este engajamento deve ser conduzido de maneira inclusiva e respeitosa, reconhecendo a importância das tradições enquanto educa sobre os impactos negativos da MGF (Té, 2021). Líderes comunitários, religiosos e mulheres influentes dentro das comunidades desempenham um papel crucial nesse processo, pois possuem a autoridade e a credibilidade para influenciar a opinião pública e promover mudanças de dentro.

Os direitos fundamentais das mulheres e meninas, conforme estabelecido por instrumentos internacionais de direitos humanos, são universais e inalienáveis. Isso inclui o direito à saúde, à segurança, à integridade física, e à dignidade. Qualquer prática que comprometa esses direitos é inaceitável, independentemente de sua justificção cultural ou tradicional. É imperativo que as políticas e programas de erradicação da MGF sejam fundamentados nesses princípios universais, garantindo que todos os esforços para combater a prática estejam alinhados com a promoção e proteção dos direitos humanos.

Adotar uma abordagem de redução de danos é outra estratégia que pode ser utilizada na interseção entre cultura e direitos fundamentais. Isso envolve trabalhar com as comunidades para minimizar os riscos associados à MGF enquanto se trabalha para sua erradicação total. Por exemplo, promover práticas médicas mais seguras, se bem que controversas, pode ser uma etapa intermediária para reduzir os danos imediatos enquanto se constrói a conscientização e a aceitação da necessidade de abandonar completamente a MGF (Ferreira, 2019). Este enfoque pragmático reconhece que mudanças culturais profundas raramente acontecem de forma rápida ou linear, e que a mitigação dos danos pode ser um passo necessário no caminho para a eliminação.

O diálogo intercultural é essencial para criar uma compreensão mútua e promover uma mudança sustentável. Isso envolve não apenas educar as comunidades sobre os direitos humanos, mas também aprender com elas sobre os valores e significados culturais subjacentes à MGF. Compreender essas nuances permite a criação de intervenções culturalmente sensíveis que são mais propensas a serem aceitas e adotadas pelas comunidades. Ao valorizar e respeitar a cultura local, enquanto se promove os direitos fundamentais, é possível criar um ambiente em que a MGF possa ser abandonada sem que as comunidades sintam que estão perdendo parte essencial de sua identidade cultural (Djalo, 2017).

Finalmente, a interseção entre cultura, tradição e direitos fundamentais na questão da MGF exige uma abordagem equilibrada e sensível. É necessário respeitar e valorizar as práticas culturais e tradicionais das comunidades, ao mesmo tempo em que se defende firmemente os direitos humanos universais. Através do diálogo, educação, engajamento comunitário e estratégias de redução de danos,

é possível avançar na erradicação da MGF, promovendo a saúde, a dignidade e os direitos das meninas e mulheres, enquanto se preserva a coesão social e a identidade cultural das comunidades.

Considerações Finais e Perspectivas Futuras

A Mutilação Genital Feminina (MGF) na Guiné-Bissau representa um desafio complexo que envolve a interseção de cultura, tradição e direitos fundamentais das mulheres. Este estudo destacou a prevalência da prática, seus impactos devastadores na saúde física e psicológica das vítimas, e a tensão entre a preservação cultural e a promoção dos direitos humanos. Além disso, discutiu-se como os movimentos panafricanistas e mulheristas africanos se posicionam contra a MGF, e explorou-se diversas estratégias de aceitação e combate à prática. É evidente que a erradicação da MGF requer um esforço multifacetado e colaborativo que envolva todos os setores da sociedade.

As perspectivas futuras para combater a MGF na Guiné-Bissau e em outras regiões onde a prática é prevalente dependem de um compromisso contínuo e sustentado por parte dos governos, organizações não governamentais, líderes comunitários e a sociedade civil. É crucial continuar e expandir as campanhas de educação e sensibilização, garantir a aplicação eficaz das leis que proíbem a MGF e fornecer suporte abrangente às sobreviventes. A promoção de alternativas culturais que preservem os ritos de passagem sem causar danos físicos é uma estratégia promissora que deve ser ampliada e adaptada às especificidades de cada comunidade.

Além disso, é necessário um enfoque maior na pesquisa e na coleta de dados para monitorar o progresso e identificar áreas que requerem atenção adicional. O apoio internacional e a cooperação transfronteiriça também são essenciais para abordar a prática entre comunidades de imigrantes e assegurar uma abordagem coordenada e eficaz. A erradicação da MGF é uma questão de justiça social e direitos humanos que exige um esforço global para garantir que todas as meninas e mulheres possam viver livres de violência e discriminação, com pleno controle sobre seus corpos e destinos.

Referências

- 28 TOO MANY. **Guiné-Bissau: A Lei e MGF**. Thomson Reuters Foundation, 2018.
- BAVEL, Hannelore Van. A legislação anti-MGF é imperialismo cultural? Interrogando a Lei de Proibição da Mutilação Genital Feminina no Quênia. **Estudos Sociais e Jurídicos**, v. 32, n. 3, p. 378-398, 2022.
- BUZATTI, Luísa da Silva. **Origens da Prática**. Minionu Puc Mag, 2017. Disponível em: <https://minionupucmg.wordpress.com/2017/08/16/origens-da-pratica/>. Acesso em 01/06/2024.
- CABI, Sambite Santos. **O estado, a ong Okanto e o combate à excisão genital feminina em Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste de Paraná. Foz do Iguaçu, 2021.

- CALDEIRA, Cleusa. Teologia negra e mulherismo africana: o poder das mulheres negras de matrigestar potências de vida. **Perspectiva Teológica**, v. 55, n. 1, p. 213-237, 2023.
- COSTA, Rachel. **Mutilação não é tradição, é violência**. UOL, 2016. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/mutilacao-genital-feminina-nao-e-tradicao-e-violencia>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- DJALO, Abibatu. **Rito de iniciação feminina: a percepção das estudantes guineenses da UNILAB, sobre o fanado em especial das etnias Fula, Mandinga, Susu**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2017.
- DJÚ, Iqui. **A violação dos direitos humanos na Guiné-Bissau na prática de mutilação genital feminina**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2021.
- FERNANDES, Elísio Júlio. **A mutilação genital feminina-mgf na Guiné-Bissau como uma prática que viola os direitos humanos**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira. Redenção, 2016.
- FERREIRA, Izelia da Silva Vaz. **A prática da mutilação genital feminina na Guiné-Bissau: tradição cultural ou violação dos direitos humanos?** Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira. Acarape, 2019.
- LOURENÇO, Patrícia Antunes Pereira. **Mudança social ancorada numa abordagem participativa: co-design de uma ferramenta visual numa campanha sobre MGF e práticas nefastas na Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade de Lisboa. Portugal, 2022.
- SANTOS, Blenda. **Negra Travessias: Ativismos e Pan-Africanismos de Mulheres Negras**. 1ª Edição. Online: AAPRIS Editora, 2023.
- SILVA, Carina Castro. **Mutilação Genital Feminina: Percepções de jovens guineenses residentes em Portugal e de profissionais com experiência na Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Acção Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento) - Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2015.
- SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco; MANGA, Elizabete Essamai; BLABAM, Marina Tchuda; TCHUDA, Fátima Campune. Sob a sombra da lâmina: mutilação genital na Guiné-Bissau e os caminhos para a mudança. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, v. 10, n. 3, p. 164-179, 2024.
- TÉ, Mário. **Cultura e proteção de direitos humanos em África: o caso da Guiné-Bissau**. Monografia (Bacharelado em Administração Pública - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2021.
- TEIXEIRA, Sara Fabricia. **Sensibilidades, desafios e conquistas na luta contra a excisão genital feminina na Guiné-Bissau: o caso do comitê nacional para abandono das práticas nefastas à saúde da mulher e da criança (CNAPN)**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2023.
- TRAULE, Binto. **Fanadu, mutilação genital feminina na Guiné-Bissau entre tradição e tensões**. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2022.